

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 25/XIII/ 2.ª SL

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2017, pelas 11 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 343/XIII/2.ª (PCP) – Primeira alteração ao Decreto - Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR);**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
 - **Projeto de Lei n.º 347/XIII/2.ª (PCP) – Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);**
Relator: Deputado António Gameiro (PS)
3. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Ministra da Administração Interna, sobre a fuga de cidadãos argelinos do aeroporto de Lisboa e as medidas implementadas para reforço da segurança naquele aeroporto;**
4. **Admissão e distribuição de petições;**
5. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
6. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
7. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

Proposta de Lei n.º 48/XIII/2.ª (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, dando acesso aos administradores judiciais a várias bases de dados nomeadamente, ao registo informático das execuções, às bases de dados tributárias e da segurança social.	Deputado Carlos Peixoto (PSD)
--	---	--------------------------------------

No segundo ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 343/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Primeira alteração ao Decreto - Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR), que, na ausência do respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), foi apresentado pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 25/XIII/ 2.ª SL

António Filipe (PCP), submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 347/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS), e, após a intervenção do Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

A pedido da Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), e por não se encontrar na sala o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), foi adiado para o final da reunião o terceiro ponto da ordem do dia.

No ponto seguinte, foi admitida e distribuída a [Petição n.º 235/XIII/2.ª](#) – Solicitam a inclusão no Estatuto Profissional da Polícia de Segurança Pública do estatuto de profissão de desgaste rápido (10629 subscritores), da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP. De acordo com a sugestão constante da nota de admissibilidade, e atenta a identidade do objeto com a petição n.º 190/XIII/2.ª – Reconhecimento da profissão de polícia como «profissão de desgaste rápido» e alteração dos Estatutos da PSP, subscrita por 2375 peticionantes e entregue na Assembleia da República pela Associação Sindical Autónoma de Polícia, foi deliberado requerer ao Senhor Presidente da Assembleia da República a junção destas duas petições num único processo de tramitação, tendo sido designada como relatora a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), por estar incumbida da apreciação da petição n.º 190/XIII/2.ª.

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação dos relatórios finais das Petições n.ºs [13/XIII/1.ª](#) - Solicitam a alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (artigo 2.º), no sentido de ser excluído do seu âmbito de aplicação o pessoal com funções policiais da Polícia Judiciária, e [99/XIII/1.ª](#) - Solicitam a exclusão dos elementos da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), que

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 25/XIII/ 2.ª SL

foram apresentados conjuntamente pelo respetivo relator, Deputado António Gameiro (PS). No debate intervieram, além do relator, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que valorizou o facto de o Deputado relator ter manifestado a sua opinião sobre a matéria, e o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), que recordou que a questão já não era nova. No final, submetidos a votação, os relatórios foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Por não se encontrar presente a relatora da [Petição n.º 175/XIII/1.ª](#) - Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República. Deputada Andreia Neto (PSD), procedeu-se ao adiamento da apresentação do respetivo relatório final para a reunião seguinte da Comissão.

Retomando o terceiro ponto, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Ministra da Administração Interna, sobre a fuga de cidadãos argelinos do aeroporto de Lisboa e as medidas implementadas para reforço da segurança naquele aeroporto, tendo o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) fundamentado a respetiva apresentação no facto de, em anterior audição, a Senhora Ministra não ter valorizado um episódio semelhante nem esclarecido a Comissão sobre essa primeira fuga, que voltou a repetir-se e que, no limite, levantaria uma questão de segurança nacional.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) esclareceu que, no caso em apreciação, os cidadãos em fuga já se encontravam detidos e adiantou que o Grupo Parlamentar do PS se iria abster na votação do requerimento. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou que o Grupo Parlamentar do PCP iria votar favoravelmente o requerimento apresentado por estar em causa o direito legítimo de um Grupo Parlamentar de obter esclarecimentos junto de um membro do Governo, mas chamou a atenção para o perigo de poder banalizar-se a audiência da Ministra para esse tipo de ocorrências policiais. As intervenções dos Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE) e Carlos Peixoto (PSD) foram igualmente no sentido de que os respetivos Grupos Parlamentares acompanhariam o requerimento apresentado pelo CDS-PP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 25/XIII/ 2.ª SL

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS.

Não havendo lugar à apreciação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao último ponto, reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Presidente informado que o Grupo Parlamentar do PS fizera chegar à mesa um requerimento solicitando a audição de três novas entidades em sede do Grupo de Trabalho – Responsabilidade penal por condutas antidessportivas, que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 25/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Jorge Lacão
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Elza Pais
Fernando Negrão
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: